

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 040919

Processo nº 7551/13 – Pregão Registro de Preços nº 052/13
Contratante: EMDURB – Compromissária: FABIANO NADOTI MOLINA ME.
Objeto: Calça social azul escuro, sendo: 006 un. Tamanho P, 020 un. Tamanho M, 050 un. Tamanho G, 010 un. Tamanho GG, 006 un. Tamanho EGG; Calça social masculina cor cinza escuro, sendo: 006 un. Tamanho P, 020 un. Tamanho M, 030 un. Tamanho G, 030 un. Tamanho GG, 010 un. Tamanho EGG; Calça social feminini na cor cinza escuro, sendo: 006 un. Tamanho P, 010 un. Tamanho M, 010 un. Tamanho G, 010 un. Tamanho GG,006 un. Tamanho EGG; Camisa social azul manga curta (GOT) masculina, sendo: 010 un. Tamanho P, 020 un. Tamanho M, 020 un. Tamanho G, 020 un. Tamanho GG,006 un. Tamanho EGG.
Valor total: R\$ 14.345,80
Condições de Pagamento: será efetuado 30 (trinta) dias do mês subsequente do recebimento do objeto.
Assinatura: 18/02/14
Bauru, 27 de Fevereiro de 2014.
Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 040921

Processo nº 6708/13 – Pregão Registro de Preços nº 040/13
Contratante: EMDURB – Compromissária: PIRES TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA – EPP.
Objeto: 001 Barra tubo de PVC rígido esgoto sanitário 4”.
Valor total: R\$ 44,20
Condições de Pagamento: 10º dia útil do mês subsequente ao recebimento do objeto.
Assinatura: 18/02/14
Bauru, 27 de Fevereiro de 2014.
Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 040922

Processo nº 6367/13 – Pregão Registro de Preços nº 032/13
Contratante: EMDURB – Compromissária: MARCOS ROBERTO APARECIDO MARCON.
Objeto: 001 (Its.3,6) Massa corrida.
Valor total: R\$ 20,00
Condições de Pagamento: 10º dia útil subsequente ao recebimento do objeto.
Assinatura: 18/02/14
Bauru, 27 de Fevereiro de 2014.
Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 040923

Processo nº 7551/13 – Pregão Registro de Preços nº 052/13
Contratante: EMDURB – Compromissária: D.COSTA NETO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS-ME
Objeto: Camiseta polo manga longa (Rotativo), sendo: 010 un. Tamanho P; 030 un. Tamanho M; 010 un. Tamanho G;010 un. Tamanho GG; 010 un. Tamanho EGG; Calça operacional poliester, azul royal, sendo: 040 un. Tamanho P; 080 un. Tamanho M; 160 un. Tamanho G; 060 un. Tamanho GG; 030 un. Tamanho EGG; Camisa Social azul claro motorista, sendo: 006 un. Tamanho P; 020 un. Tamanho M; 030 un. Tamanho G; 030 un. Tamanho GG; 020 un. Tamanho EGG; Calça opeacional unisex na cor azul, sendo: 040 un. Tamanho P; 060 un. Tamanho M; 100 un. Tamanho G; 080 un. Tamanho GG; 040 un. Tamanho EGG.
Valor total: R\$ 37.954,00
Condições de Pagamento: será efetuado 30 (trinta) dias do mês subsequente do recebimento do objeto.
Assinatura: 18/02/14
Bauru, 27 de Fevereiro de 2014.
Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS Nº 040924

Processo nº 6367/13 – Pregão Registro de Preços nº 032/13
Contratante: EMDURB. Compromissária: PAULO ROBERTO COELHO ME.
Objeto: 001 mq. Pregro 15 x 15; 001 (lt de 18lts.) Tinta latex na cor branco neve; 001 (lt de 18 lts.) Selador acrílico.
Valor Total: R\$ 215,49
Condições de Pagamento: será efetuado no 10º dia útil do mês subsequente do recebimento do objeto.
Assinatura: 18/02/2014
Bauru, 27 de Fevereiro de 2014.
Presidente da EMDURB.

EXTRATO DE 1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2013

Processo nº 4502/2013 (P. 8217/2013) – Pregão Registro de Preços nº 023/2013
Contratante: EMDURB – Compromissária: E. A. TUSCHI COMBUSTIVEIS
Objeto: A CONTRATANTE E A COMPROMISSÁRIA de comum acordo aditam o contrato, com fundamento no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei 8.666/93, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, alterando a partir de 13/12/2013 os preços dos objetos contratados, passando o preço do litro da “GASOLINA COMUM”, de R\$ 2,60 (dois reais e sessenta centavos) para R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) e do “ETANOL COMUM” de R\$ 1,60 (um real e sessenta centavos) para R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos). Face à pesquisa de preços no mercado, juntado ao processo, onde foi verificado que os valores registrados no 1º Aditivo encontram-se abaixo da média praticada no mercado, bem como comprovação apresentada pela COMPROMISSÁRIA, conforme documentos anexo aos autos, nos termos da cláusula XVI do Edital de Licitação.As despesas decorrentes deste impacto financeiro serão

suportadas por verbas próprias da CONTRATANTE. Fica pactuado entre as partes que as demais cláusulas constantes no contrato em epigrafe, que não foram atingidas por este aditivo, permanecem em pleno vigor.
Assinatura: 21/02/2014
Bauru, 27 de Fevereiro de 2014
Presidente da EMDURB

EXTRATO DE 1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2013

Processo nº 4502/2013 – Pregão Registro de Preços nº 023/2013
Contratante: EMDURB – Compromissária: REDE LK DE POSTOS LTDA.
Objeto: A CONTRATANTE E A COMPROMISSÁRIA de comum acordo aditam o contrato, com fundamento no artigo 65, inciso II, letra “d”, da Lei 8.666/93, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, alterando a partir de 06/12/2013 o preço do objeto contratado, passando o preço do litro do óleo diesel comum, de R\$ 2,27 (dois reais e vinte e sete centavos) para R\$ 2,42 (dois reais e quarenta e dois centavos), Face à pesquisa de preços no mercado, juntado ao processo, onde foi verificado que o valor registrado no 1º Aditivo encontra-se abaixo da média praticada no mercado, bem como comprovação apresentada pela COMPROMISSÁRIA, conforme documentos anexo aos autos, nos termos da cláusula XVI do Edital de Licitação. As despesas decorrentes deste impacto financeiro serão suportadas por verbas próprias da CONTRATANTE. Fica pactuado entre as partes que as demais cláusulas constantes no contrato em epigrafe, que não foram atingidas por este aditivo, permanecem em pleno vigor.
Assinatura: 21/02/2014
Bauru, 27 de Fevereiro de 2014
Presidente da EMDURB.

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - ATIVO

ATIVO	RS centavos	RS centavos
	2013	2012
ATIVO CIRCULANTE	6.924.710,83	7.519.121,65
CIRCULANTE	6.924.710,83	7.519.121,65
DISPONIBILIDADES	2.626.136,34	5.705.221,69
CAIXA	16.921,45	31.482,22
FUNDO FIXO	480,00	480,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	224.230,75	123.227,35
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	2.384.504,14	5.550.032,12
CREDITOS	4.298.574,49	1.813.899,96
CONTAS A RECEBER - CLIENTES FUNERARIA E DIVERSOS	733.594,67	740.092,45
CONTAS A RECEBER - TAXA GERENC.	1.052.489,96	1.054.294,74
CONTAS A RECEBER - PREF MUNICIPAL BAURU	3.336.619,54	774.223,52
VALORES A RECUPERAR	72.937,33	87.995,95
ESTOQUES	255.127,16	382.793,83
CREDITOS DE FUNCIONARIOS	324.603,11	263.503,65
DESPESAS ANTECIPADAS	16.181,00	4.387,10
PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	-1.492.978,28	-1.493.391,28
NÃO CIRCULANTE	19.764.042,94	10.494.069,85
DIREITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	7.688.620,12	8.209.989,07
DEPOSITOS JUDICIAIS	234.013,70	224.174,11
CONTAS A RECEBER PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU	7.418.884,93	7.950.093,47
VALORES A RECUPERAR	35.721,49	35.721,49
IMOBILIZADO	12.057.060,16	2.267.990,92
BENS E DIREITOS EM USO	10.141.090,32	9.512.295,75
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-7.926.605,87	-7.244.304,83
TERRENOS	9.842.575,71	0,00
INTANGIVEL	18.362,66	16.089,86
INTANGIVEL	327.874,50	316.275,50
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-309.511,84	-300.185,64
TOTAL DO ATIVO	26.688.753,77	18.013.191,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO II - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - PASSIVO

PASSIVO	RS centavos	RS centavos
	2013	2012
PASSIVO CIRCULANTE	16.512.523,97	18.347.510,56
CIRCULANTE	16.512.523,97	18.347.510,56
CHEQUES A COMPENSAR - BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.525,26	1.426,52
FONECEDORES	2.536.293,74	1.211.220,56
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	266,14	7.151,68
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	870.543,39	720.499,21
ENCARGOS SOCIAIS - PARCELAMENTO	2.007.988,46	1.642.997,52
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	5.255,09	14.101,50
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ O LUCRO	53.578,99	0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITAS	76.232,84	67.693,22
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS - PARCELAMENTOS	1.120.818,81	1.321.219,77
OUTROS TRIBUTOS	0,00	496.065,82
GRATIFICAÇÕES A PAGAR	8.068,20	11.906,24
CONTAS A PAGAR	1.240.368,09	3.333.583,03
PROVISÃO DE FERIAS	2.761.550,55	2.425.412,87
PROVISÃO PARA CONTINGENCIAS	5.477.299,69	5.144.497,74
RECEITAS A APROPRIAR – PROC. PMB Nº 38.546/06 T. A. 638/2011	349.734,72	349.734,88
NÃO CIRCULANTE	25.225.711,21	29.154.389,97
PARCELAMENTOS	25.174.763,46	29.103.579,35
VALORES EM GARANTIA	5.191,45	5.054,32
ECCB - PROC. Nº 2136/01	45.756,30	45.756,30
RECEITAS A APROPRIAR	4.546.552,00	4.867.142,00
RECEITAS A APROPRIAR – PROC. PMB Nº 38.546/06 T. A. 638/2011	4.546.552,00	4.867.142,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-19.596.033,41	-34.355.851,03
CAPITAL	15.542.254,92	1.385.110,63
CAPITAL ESTATUTARIO	15.542.254,92	1.385.110,63
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00	0,00
PREJUÍZO ACUMULADO	-35.138.288,33	-35.740.961,66
Prejuizos Acumulados	-35.226.293,37	-37.753.345,97
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	88.005,04	2.012.384,31
RESULTADO DO EXERCÍCIO	88.005,04	2.012.384,31
TOTAL DO PASSIVO	26.688.753,77	18.013.191,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	RS centavos	RS centavos	
	2013	2012	
RECEITA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	42.290.900,45	39.859.225,45	
EXPEDIENTE	16.058,90	4.905,00	
INTERDIÇÕES/DEMARCAÇÃO DE SOLO	4.575.264,44	4.009.886,04	
ESTACIONAMENTO ROTATIVO	2.416.139,50	1.620.758,19	
TRANSPORTE COLETIVO	2.058.300,00	1.959.728,87	
TRANSPORTES ESPECIAIS	632.067,74	528.007,88	
TERMINAL RODOVIÁRIO	2.014.324,46	2.060.716,53	
COLETA	20.458.450,01	20.079.281,25	
NECRÓPOLES	3.258.094,65	3.205.570,90	
FUNERARIA	324.368,75	286.334,79	
GERENCIAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO	6.537.832,00	6.104.036,00	
(+) RECEITA OPERACIONAL BRUTA	42.290.900,45	39.859.225,45	
MULTAS DE TRANSITO	723,87	20.021,23	
Multas Arrecadadas - EMDURB	0,00	0,00	
Multas Arrecadadas - Secretaria Fazenda	0,00	0,00	
Multas Arrecadadas - Licenc. Eletrônico	723,87	20.021,23	
RECEITAS NAO OPERACIONAIS			
(+) OUTRAS RECEITAS	723,87	20.021,23	
(=) RECEITA BRUTA	42.291.624,32	39.879.246,68	
IMPOSTOS	-686.590,46	-660.589,48	
PIS s/ Faturamento	-686.590,46	-660.589,48	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-686.590,46	-660.589,48	
(=) RECEITA LÍQUIDA	41.605.033,86	39.218.657,20	
(=) LUCRO BRUTO	41.605.033,86	39.218.657,20	
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	655.351,24	657.749,44	
RECEITAS FINANCEIRAS	212.492,20	186.507,44	
RECEITAS COM ATUAL. MONETARIAS	405.752,42	481.204,77	
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	68.862,46	27.560,30	
DESPESAS FINANCEIRAS	-31.755,84	-37.523,07	
DESPESAS OPERACIONAIS	-36.244.725,33	-31.317.899,08	
DESPESAS TRABALHISTAS	-16.524.574,66	-13.975.752,93	
ENCARGOS SOCIAIS	-7.043.885,64	-6.106.161,10	
DESPESAS GERAIS	-12.626.304,79	-10.785.701,61	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-49.960,24	-450.283,44	
OUTRAS DESPESAS	-5.638.643,73	-5.884.621,31	
DESPESAS INDEUTIVEIS	-70.443,69	-112.095,90	
VARIAÇÃO MONETARIA PASSIVA	-936.545,92	-2.176.334,95	
PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-4.143.809,20	-3.596.190,46	
PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	-487.844,92	0,00	
(-) DESPESAS	-41.228.017,82	-36.544.770,95	
(=) LUCRO/PREJUZO OPERACIONAL	377.016,04	2.673.886,25	
(+) OUTRAS RECEITAS	41.014,21	82.080,21	
RECEITAS EVENTUAIS	41.014,21	82.080,21	
(=) LUCRO/PREJUZO ANTES DA CSLL	418.030,25	2.755.966,46	
(-) CSLL DO PERÍODO	-120.234,98	-254.370,46	
(=) LUCRO/PREJUZO ANTES DO IRPJ	297.795,27	2.501.596,00	
(-) IRPJ DO PERÍODO	-209.790,23	-489.211,69	
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO	88.005,04	2.012.384,31	
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88.005,04	2.012.384,31	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013						
	Capital Estatutário	Reserva de Capital	Lucro ou Prejuízo	Lucro ou Prejuízo do	Ajuste de Exercícios	Total do Patrimônio
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.385.110,63	-	22.522.409,08	3.919.761,82	19.130.848,48	36.348.385,11
Ajustes de exercícios anteriores						
Retificação de erros de exerc. Anteriores	-	-	-19.850,23	-	-	-19.850,23
Transferência Para Prejuízos Acumulados						
Com lucros e reservas	-	-	3.919.761,82	-3.919.761,82	-	0,00
Com ajustes de exercícios anteriores	-	-	-19.130.848,48	-	19.130.848,48	0,00
Lucro Líquido do Exercício						
Resultado do Exercício	-	-	-	2.012.384,31	-	2.012.384,31
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1.385.110,63	-	37.753.345,97	2.012.384,31	-	34.355.851,03
Ajustes de exercícios anteriores						
Retificação de erros de exerc. Anteriores	-	-	514.668,29	-	-	514.668,29
Transferência Para Prejuízos Acumulados						
Com lucros e reservas	-	-	2.012.384,31	-2.012.384,31	-	0,00
Com ajustes de exercícios anteriores	-	-	0,00	-	0,00	0,00
Lucro Líquido do Exercício						
Aporte de Capital	14.157.144,29					14.157.144,29
Resultado do Exercício	-	-	-	88.005,04	-	88.005,04
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	15.542.254,92	-	35.226.293,37	88.005,04	-	19.596.033,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB			
QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	EM RS centavos		
	2013	2011	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	88.005,04	2.012.384,31	
Depreciações e amortizações	691.627,24	451.876,61	
Valor ativo imobilizado baixado	0,00	0,00	
Variação/Constituição Reservas para Contingências	332.801,95	-41.723,95	
Variação nas Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	0,00	0,00	
Ajustes de Exercícios anteriores	514.668,29	-19.850,23	
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	1.627.102,52	2.402.686,74	
(Aumento) redução de ativos:			
- Clientes	-2.554.093,46	773.452,36	
- Estoques	127.666,67	127.442,35	
- Valores a recuperar	14.645,62	-16.882,98	
- Créditos de funcionários	-61.099,46	213.812,98	
- Despesas antecipadas	-11.793,90	4.683,75	
- Outras contas a receber não circulantes	531.208,54	-368.652,50	
- Depósitos Judiciais - Não circulantes	-9.839,59	-34.765,95	
Aumento (redução) de passivos:			
- Fornecedores	-274.926,82	485.905,28	
- Outras obrigações circulantes	3.098,74	-2.169,78	
- Receitas a apropriar - circulante	-0,16	684,28	
- Encargos sociais a pagar	515.035,12	-482.601,20	
- Provisão para férias e encargos	336.137,68	87.402,99	
- Obrigações tributárias	-442.793,62	303.141,08	
- Obrigações tributárias - parcelamentos	-200.400,96	81.197,13	
- Outras contas a pagar	-2.103.938,52	2.017.871,93	
- Receitas a apropriar - não circulante	-320.590,00	-29.828,85	
- Parcelamentos não circulantes	-3.928.815,89	-1.409.435,74	
- Outras obrigações não circulantes	137,13	146,92	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	-6.753.260,36	4.154.090,79	
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
- Integralização da Reserva de Capital no Capital	14.157.144,29	0,00	
- Aquisição de ativo imobilizado	-10.482.969,28	-952.292,20	
- Aquisição de ativo intangível	0,00	0,00	
Caixa consumido nas atividades de investimentos	3.674.175,01	-952.292,20	
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização da Reserva de Capital no Capital	0,00	0,00	
Caixa Proveniente das Atividades de Financiamento	0,00	0,00	
DECRESCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	-3.079.085,35	3.201.798,59	
Saldo de caixa e equivalente no final do exercício	2.626.136,34	5.705.221,69	
Saldo de caixa e equivalente no início do exercício	5.705.221,69	2.503.423,10	
DECRESCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES	-3.079.085,35	3.201.798,59	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em RS centavos

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, instituída pela Lei 2.166 de 25/09/1979 e alterações posteriores, cujo controle financeiro interno é exercido pelo Poder Executivo Municipal, tem como objeto social, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 5979, de 19/10/2010:-

Art. 2º São objetivos da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru – EMDURB:

- ✓ Supervisionar, gerenciar e executar a política de trânsito e transportes do Município;
- ✓ Supervisionar, gerenciar e executar a política de limpeza pública, destinação e tratamento do lixo;
- ✓ Promover e administrar o serviço funerário assistencial e gerenciar e administrar os cemitérios municipais;

No Parágrafo Único desse mesmo artigo 2º, determina que no cumprimento de seus objetivos a EMDURB seguirá as diretrizes e metas fixadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Bauru e em atos normativos a ele equivalentes.

Para gerenciar seus controles internos e administrar as receitas decorrentes de sua atividade, a Empresa utiliza-se de um software de gestão parcialmente integrado à contabilidade, existindo ainda aperfeiçoamentos técnicos em andamento e relatórios fiscais a implantar, que irão utilizar a extensa base de dados já existente.

NOTA 02 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

O Conselho Federal de Contabilidade emitiu várias Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas com o processo de convergência contábil internacional, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo observados pela administração os seguintes pronunciamentos, aplicáveis na elaboração das demonstrações financeiras: NBC TG 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa; NBC TG 04 – Intangível; NBC TG 07 – Subvenção e Assistências Governamentais; NBC TG 16 – Estoques; NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erros; NBC TG 24 – Evento Subsequente, e NBC TG 25 – Provisões para passivos contingentes e ativos contingentes; NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, NBC TG 27 – Ativo Imobilizado; NBC TG 30 – Receitas; NBC TG 32 – Tributos sobre o Lucro, NBC TG 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Empresa tem como prática contábil a uniformidade para a escrituração de suas Despesas e Receitas, que são apropriadas pelo Regime de Competência.

NOTA 04 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Os controles internos existentes são satisfatórios e asseguraram a correta contabilização dos fatos existentes pela gestão da Empresa

a. Bancos Conta Movimento:- O saldo das contas correntes bancárias mantido pela entidade se apresentou em concordância com os extratos bancários fornecidos pelas instituições financeiras:

Disponibilidades	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Bancos Conta Movimento	224.230,75	123.227,35
Total	224.230,75	123.227,35

b. Aplicações Financeiras:- Estão demonstradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço com base no regime de competência:

Disponibilidades	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Aplicação de Liquidez Imediata	2.384.504,14	5.550.032,12
Total	2.384.504,14	5.550.032,12

A entidade não possui operações envolvendo instrumentos derivativos, sendo estas aplicações mantidas para suprimento financeiro e orçamentário emergencial. Os saldos principais estão aplicados em renda fixa.

c. Valores a Recuperar:- Estão contabilizados pelo seu valor original, correspondentes a direitos entendidos por sua administração como passíveis de recuperação junto a emittentes de cheques sem provisão de fundos, Impostos a recuperar junto ao Fisco Federal e outros valores a recuperar, já deduzidos da respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), constituída em montantes julgados suficientes pela administração para fazer face a prováveis perdas.

A provisão constituída para este grupo, no valor de R\$ 49.949,97 (quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos), está incluída na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

Circulante	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Valores a Recuperar	72.937,33	87.995,95
Total	72.937,33	87.995,95

d. Perdas no Recebimento de Créditos:- A Empresa constitui provisão em reconhecimento à eventual perda de créditos decorrentes de sua atividade. O saldo constituído na data do balanço é de R\$ 336.966,18 (Trezentos e trinta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), incluído na PCLD total de R\$ 1.492.978,28 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

e. Estoques:- São demonstrados ao custo médio de compra e refere-se a material de uso e consumo próprio, aplicados na manutenção de máquinas, veículos e equipamentos, bem como almoxarifado de materiais de expediente, cujos valores foram devidamente confirmados e conciliados, mediante realização de inventário físico e registro de inventário.

Circulante	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Estoque de Materiais	255.127,16	382.793,83
Total	255.127,16	382.793,83

f. Despesas Antecipadas:- Os pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, estão sendo fracionados em observância à vigência dos contratos.

g. Contas a Receber – PMB:- Foi firmado o Termo de Acordo nº 638/2011, autorizado pela Lei Municipal nº 6.154 de 07 de Dezembro de 2011, que regulamenta o parcelamento de débitos entre a Prefeitura de Bauru e a Emdurb referente a débitos da:

a) Emdurb com o INSS, constituídos de 09/1996 a 06/2001, descontados do FPM da PMB de 2001 até Setembro/2011, atualizados até Outubro/2011 em R\$ 8.338.179,42 (oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos);

b) Prefeitura Municipal de Bauru com a Emdurb, relativo ao Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, originado de receitas com multas de trânsito arrecadadas durante o período de 2001 e 2004 em conta corrente da Prefeitura Municipal de Bauru, atualizados até Outubro/2011 no valor de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos); com pagamentos previstos para serem realizados pelas partes, entre si, pelo período de 15 (quinze) anos, com parcelas iniciais de:- a) R\$ 46.323,22 (quarenta e seis mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos) - (EMDURB X PMB) e; b) R\$ 45.066,53 (quarenta e cinco mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) - (PMB X EMDURB); atualizadas anualmente pelo IPCA. O valor total do débito da Prefeitura com a Emdurb foi inscrito em balanço e atualizado até Dezembro/2011 no valor de R\$ 8.122.239,33 (Oito milhões, cento e vinte e dois mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e três centavos) pela Tabela TJ/SP para correção de precatórios, segregado em circulante e não circulante. As parcelas provenientes deste acordo começaram a ser recebidas em Dezembro/2012 já com a atualização do montante do parcelamento pelo IPCA acumulado no período de Janeiro/2012 a Dezembro/2012 em R\$ 8.521.357,65 (oito milhões, quinhentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Valor segregado no circulante R\$ 601.438,56 (seiscentos e um mil, quatrocentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos)

Ativo não Circulante		
Contas a Receber – PMB	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Proc. PMB nº 38.546/06 T. A. Nº 638 de 2011	2.492.722,37	2.668.491,05
- Proc. PMB nº T. A. Nº 638/2011 - atualização	4.926.162,56	5.281.602,42
Total	7.418.884,93	7.950.093,47

h. Imobilizado de Uso:- Demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/1995, deduzido da depreciação mensal acumulada, calculada pelo método linear, de acordo com a legislação fiscal, com base na vida útil econômica dos bens.

Imobilizado	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Edifícios	2.161.972,32	2.161.972,32
- Móveis e Utensílios	290.793,44	287.107,77
- Máquinas e Equipamentos	1.571.915,60	1.536.671,00
- Ferramentas	47.465,69	46.826,39
- Veículos	4.843.198,38	4.329.198,38
- Equipamentos de Informática	1.008.919,49	976.694,49
- Instalações	210.713,22	167.713,22
- Direito de Uso de Linha Telefônica	6.112,18	6.112,18
- Terrenos	9.842.575,71	0,00
Soma	19.983.666,03	9.512.295,75

(-) Depreciação Acumulada .	(7.926.605,87)	(7.244.304,83)
Subtotal	12.057.060,16	2.267.990,92
Intangível		
- Software	327.874,50	316.275,50
(-) Amortização Acumulada	(309.511,84)	(300.185,64)
Subtotal	18.362,66	16.089,86
Total	12.075.422,82	2.284.080,78

A empresa manteve seu imobilizado e intangível registrado pelo custo histórico de aquisição, não efetuando testes de recuperabilidade em seus Ativos, conforme dispõe a Lei. 11.638/07, consoante NBC TG 01, NBC TG 27, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Lei Municipal nº 6.484 de 20 de dezembro de 2013 revogou a Lei Municipal nº 6.234 de 06 de Julho de 2012 que autorizava a doação pela Prefeitura Municipal de Bauru do terreno onde está edificado o Terminal Rodoviário à Emdurb e autorizou ao poder executivo a integralização do bem ao Capital Social da Emdurb, conforme já era previsto na Lei Municipal nº 2.166 de 25 de Setembro de 1979.

Considerando o princípio contábil da “essência sobre a forma”, embora ainda não haja a transferência do Imóvel com a lavratura da escritura em cartório, o lançamento contábil desta integralização ao Capital Social foi autorizado pela Diretoria Executiva da Emdurb ainda no exercício de 2013.

A administração possui perspectiva de realizar os testes de avaliação de seus ativos a valor de mercado, via procedimento interno, a partir do exercício de 2014.

i. Passivo Circulante:- Estão registrados pelos valores históricos contraídos, vencíveis no Circulante e estão reconhecidos os efeitos da atualização monetária e demais gravames inerentes aos débitos, quando aplicáveis, de forma que representam o valor real da dívida da Empresa em função das provisões de juros e multas.

Circulante	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Cheques a Compensar	4.525,26	1.426,52
- Fornecedores	2.536.293,74	2.811.220,56
- Salários e Ordenados a Pagar	266,14	7.151,68
- Encargos Sociais a Pagar e parcelamentos	2.878.531,85	2.363.496,73
- Obrigações Tributárias	1.260.420,97	1.899.080,31
- Provisão para Férias.	2.761.550,55	2.425.412,87
- Gratificações a Pagar.	8.068,20	11.906,24
- Indenizações a Pagar	0,00	9.537,45
- Contas a Pagar.	1.240.368,09	3.324.045,58
- Provisão para Contingências	5.477.299,69	5.144.497,74
- Receitas a Apropriar	349.734,72	349.734,88
Total	16.517.059,21	18.347.510,56

j. Encargos sociais:- Estão registrados os valores a recolher referente aos Encargos Sociais do INSS e FGTS, Imposto de Renda Retido em folha de pagamento e Contribuição Sindical vencíveis no circulante.

Encargos Sociais a pagar	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- INSS – Empresa	480.428,45	398.755,71
- INSS – Segurados	143.664,92	117.419,45
- INSS s/ Autônomos – Parte Empresa	1.762,82	2.861,20
- IRRF s/ Folha	62.838,49	46.603,67
- F.G.T.S.	181.593,41	154.779,56
- Contribuição Sindical	255,30	79,62
Total	870.543,39	720.499,21

k. Encargos sociais – Parcelamentos:- Estão registrados os valores a recolher referente aos Parcelamentos provenientes de débitos de Encargos Sociais junto ao INSS e FGTS, vencíveis no circulante.

Encargos Sociais - Parcelamentos	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Parc. INSS/FPM – Proc. Nº 17.249/01	1.776.800,66	1.430.550,24
- Parc. FGTS – Proc. Nº 2005006284-2436	231.187,80	212.447,28
Total	2.007.988,46	1.642.997,52

l. Impostos Retidos a Recolher:- Estão registrados os impostos a recolher provenientes das retenções sobre nota fiscal de fornecedores e prestadores de serviços, vencíveis no circulante.

Impostos Retidos a Recolher	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- IRRF (retido de pessoas físicas)	(138,37)	1.375,13
- IRRF (retido de pessoas jurídicas)	698,37	975,40
- INSS – OS 203/99 – Retenção P. Jurídicas	663,05	4.499,09
- INSS – Retenção Pessoa Física	745,80	889,46
- COFINS (retido na fonte)	616,64	2.149,68
- CSLL (retido na fonte)	205,54	716,55
- PIS/PASEP (retido na fonte)	133,60	465,75
- ISS (retido na fonte)	2.327,26	3.030,44
Total	5.255,09	14.101,50

m. Impostos e Contribuições s/ Lucro a Recolher:- Estão registrados os valores a recolher referentes ao IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do exercício, já deduzidos as antecipações (estimativas) feitas no decorrer de 2013, vencíveis no circulante.

Impostos e Contribuições s/ o Lucro	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- IRPJ a pagar	14.746,49	0,00
- Contribuição Social a pagar	38.832,50	0,00
Total	53.578,99	0,00

n. Impostos e Contribuições sobre Receitas:- Estão registrados os valores a recolher referentes ao ISS – Imposto sobre Serviços e contribuição para o PIS – Programa de Integração Social sobre o faturamento da empresa, vencíveis no circulante.

Impostos e Contribuições s/ Receitas	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- PIS a pagar	76.232,84	67.693,22

o. Obrigações Tributárias - Parcelamentos:- Estão registrados os valores a recolher referentes a parcelamentos junto a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, vencíveis no circulante.

Obrigações tributárias – Parcelamentos	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
Parc. PGFN – Art. 3º Déb. Previd. 1165	356.324,76	336.413,76
Parc. PGFN – Art. 3º Demais Débitos 1204	627.252,33	785.089,68
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1233	4.683,00	4.421,28
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1240	132.558,72	125.151,48
Parc. RFB – Art. 3º Demais Débitos 1285	0,00	70.143,57
Total	1.120.818,81	1.321.219,77

p. Outros Tributos:- Estão registrados os valores a recolher referentes aos demais tributos incidentes sobre operações da empresa, vencíveis no circulante. Com a revogação da Lei Municipal nº 6.234 de 06/07/2012,

conforme descrito no item 4 h, o valor da apropriação do ITCMD - *Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação* a pagar que ocorreu no exercício de 2012, foi estornado uma vez que também houve a extinção da operação de doação do Terreno onde encontra-se edificado o Terminal Rodoviário.

Outros Tributos	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- ITCMD a pagar	0,00	496.065,82
q. Receitas a Apropriar: – registra o montante Diferido da atualização do crédito junto a Prefeitura de Bauru, descrito no item 04 g, e que começou a ser apropriado conforme recebimento das parcelas em Dezembro 2012, vencíveis no circulante.		

Receitas a Apropriar	31/12/2013	31/12/2012
- Proc. PMB nº 38.546/06 Termo de Acordo nº 638/2011	349.734,72	349.734,88

O valor total do montante a Diferir em Dezembro de 2012 registrado no Balanço é de R\$ 5.216.876,88 (Cinco milhões, duzentos e dezesseis mil, oitocentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos) segregado em circulante e não circulante.

r. Contas a Pagar:– registra demais obrigações da entidade e o saldo de curto prazo da obrigação com o INSS/FPM, conforme Nota 05 abaixo.

Descrição	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
Coopemdurb	80.648,84	95.679,61
Aluguéis	3.459,38	3.238,64
Pensão Alimentícia	18.440,55	17.156,41
Sindicato Servidor Municipal	1.931,67	1.550,95
Seguro dos Funcionários	859,86	957,16
Associação Servidores Públicos	2.742,99	2.670,17
Empréstimo consignado funcionários	83.176,28	68.375,52
Indenizações a Pagar	0,00	9.537,45
Honorários	41.454,47	0,00
Receitas de Multas PMB – Boletos	48.586,53	36.311,84
Receitas de Multas PMB – Sec. Fazenda	642,96	642,96
INSS/PMB – FPM Processo 17.249/01	0,00	2.281.942,65
Parc. - DAE Proc 1611/10	229.850,16	219.962,62
Proc. PMB nº 38.546/06 Termo de Acordo nº 638/2011	705.649,70	595.557,05
Parc. Proc. Adm. 46254 002490/2012-40 C	2.747,92	0,00
Proc. CETESB/PMB – Proc. 1060/2013	20.176,78	0,00
Total	1.240.368,09	3.333.583,03

Conforme mencionado no item 04 g, o valor do débito da Emdurb com o INSS, constituído de 09/1996 a 06/2001, descontado do FPM da PMB de 2001 até Outubro de 2011 foi parcelado conforme respectivo Termo de Acordo, sendo transferido da rubrica INSS/PMB – FPM Processo 17.249/01 para a rubrica de Não circulante - Parcelamento Processo PMB nº 38.546/2006 - Termo de Acordo nº 638/2011, o montante de R\$ 8.462.191,74 (Oito milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, cento e noventa e um reais e setenta e quatro centavos).

Com advento da Lei Municipal nº 6.450 de 05 de dezembro de 2013, o saldo remanescente na rubrica INSS/ PMB – FPM Processo 17.249/01 correspondente às retenções dos meses de Outubro/2011 a Dezembro/2013 no valor de R\$ 4.314.568,58 (quatro milhões, trezentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), foram convertidos em aporte ao capital social da Emdurb.

Por motivo da não conclusão do convênio entre Prefeitura e os Bancos que recebem as multas de trânsito, as rubricas Receitas de Multas Boleto e Licenciamento Eletrônico continuam a registrar os valores das multas creditados em conta corrente da Emdurb, sendo estes valores repassados mensalmente à Prefeitura.

NOTA 05 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Registra as obrigações não circulantes da Empresa.

Parcelamentos	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
Parcelamento DAE	1.181.651,00	1.357.536,16
Parc INSS/PMB – FPM Processo 17.249	10.972.069,90	12.944.286,77
Parc FGTS	507.049,53	748.512,93
Parc. PGFN – Art. 3º Déb. Previd. 1165	3.526.050,86	3.689.510,98
Parc. PGFN – Art. 3º Demais Débitos 1204	0,00	660.342,46
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1233	46.342,71	48.490,90
Parc. RFB – Art. 1º Déb. Previd. 1240	1.311.218,62	1.372.058,92
Parc. Proc. PMB nº 38.546/06 T.A. 638/11	7.628.312,60	8.282.840,23
Parc. Proc. Adm. 46254 002490/2012-40 CLT	2.068,24	0,00
Total	25.174.763,46	29.103.579,35

s. Parcelamento DAE:– A Empresa escriturou no ano de 2002 dívida no valor de R\$ 721.652,65 (setecentos e vinte e um mil, seiscientos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), junto ao Departamento de Água e Esgoto de Bauru (DAE) - Processos nº. 12.313/00 e 3202/01; a partir do ano de 2003 interrompeu os pagamentos acordados e atualizou o montante devido até 31/12/2009. Em janeiro de 2010 foi firmado novo Termo de Acordo Administrativo com o DAE e restabelecidos os pagamentos das prestações a partir de Fevereiro de 2010.

Parcelamento de Dívidas	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Departamento de Água e Esgoto	1.181.651,00	1.357.536,16

Constam em aberto na rubrica Fornecedores, valores passíveis de negociação e inclusão em parcelamento, referentes as contas de serviço de água e esgoto com o DAE do período de Janeiro de 2003 a Novembro de 2008 no valor de R\$ 1.597.872,89 (Um milhão, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos), cujos juros e atualização monetária foram calculados com base no IPCA, conforme recomendação do credor e estão registrados em rubrica específica, no Passivo Circulante, saldo atualizado até 31/12/2013 de R\$ 767.172,48 (setecentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos).

t. Parcelamento INSS/FPM:– A reedição da Medida Provisória 2187-12 de 27/07/2001 possibilitou a EMDURB, através do Poder Executivo Municipal, o pedido de amortização de sua dívida junto ao INSS, mediante pedido de exclusão do Programa de Recuperação Fiscal das Empresas – **REFIS** - assinado em 24/03/2000. O pedido de amortização da dívida está fundamentado no “Termo de Amortização de Dívida Fiscal junto ao INSS”, assinado na época pelo Sr. Prefeito Municipal – Nilson Costa –, no qual a dívida existente da EMDURB, referente às competências de 05/1996 a 06/2001 não pagas, seja amortizada através da retenção de 4% do Fundo de Participação do Município – FPM. Do total da dívida negociada pelo Município, o valor de R\$ 11.407.022,30 (onze milhões, quatrocentos e sete mil, vinte e dois reais e trinta centavos), corresponde a dívida da Emdurb junto ao INSS, e foi regularizada contabilmente em 31/12/2003, mediante planilha, a qual sua preparação teve a orientação da Secretaria de Finanças do Município de Bauru.

Tendo em vista a Lei 11.941/09, a empresa obteve redução nos juros e atualização monetária sobre o montante da dívida, assim, o saldo total devido junto ao INSS, que era de R\$ 20.988.947,67 (vinte milhões, novecentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos) passou a R\$ 18.345.211,99 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e onze reais e noventa e nove centavos) em dezembro de 2009. O novo saldo da dívida está contemplado no Ofício DRF/BAU/SACAT nº 1.449/2009, da Secretaria da Receita Federal emitido à Prefeitura Municipal de Bauru, datado de 30 de dezembro de 2009.

A redução deste passivo, no montante de R\$ 2.643.735,68 (dois milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos) foi registrado no exercício de 2009 pela empresa como Receitas - Ganho de Variação de Impostos, sendo oferecido à tributação do IRPJ e CSLL.

Em 2013, o total das amortizações, através do FPM – Fundo de Participação do Município, foi de R\$ 2.032.625,93 (dois milhões, trinta e dois mil, seiscientos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos).

Parcelamento de Dívidas	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- INSS/FPM –Proc. nº. 17.249/01	10.972.069,90	12.944.286,77

u. Parcelamento FGTS:– A Lei nº 5268, de 12 de julho de 2005, autorizou o Poder Executivo Municipal a figurar na qualidade de garantidor, no acordo de parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, celebrado junto à Caixa Econômica Federal. O acordo, evidenciado no “TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARA COM O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS - COM OPÇÃO, VINCULAÇÃO E REPASSE, EM GARANTIA, DE QUOTAS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – FPM”, assinado em 19 de setembro de 2005, pelo Sr. Prefeito Municipal de Bauru da época, José Gualberto Tuga Martins Angerami e pelos Srs. Renato Celso Bonomo Purini e João Carlos Tascin, respectivamente, Diretores Presidente e Administrativo da época, possibilitou a EMDURB parcelar a dívida, confessada no valor de R\$ 2.392.188,62 (dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos), pelo período de 180 meses onde, primeiramente, deverá ser quitado os débitos que se encontram em fase judicial, seguidos daqueles que se encontram em fase administrativa. Os valores confessados diferem do valor escriturado pela Empresa, motivo pelo qual a entidade buscará informações junto ao Ministério do Trabalho para apuração do real valor da dívida. Conforme extrato fornecido pela Caixa Econômica Federal, com posição na data do balanço, foi atualizado o valor de R\$ 3.160,15 (três mil reais, cento e sessenta reais e quinze centavos) ao saldo do parcelamento.

Parcelamento de Dívidas	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- FGTS	507.049,53	748.512,93

O saldo desta obrigação registrado no circulante é de R\$ 231.187,70 (Duzentos e trinta e um mil, cento e oitenta e sete reais e setenta centavos).

NOTA 06 – PROCESSOS JUDICIAIS ECCB

Registram os valores dos créditos não circulantes, transferido em 01/01/2008 do grupo de Receitas (Resultados) de Exercícios Futuros, extinto pela Lei 11.638/07; não houve movimentação na referida rubrica, estando no aguardo de definição de ambas as partes.

Não Circulante	Em 31/12/2013	Em 31/12/2011
- ECCB – Processo nº. 2136/01	45.756,30	45.756,30

NOTA 07 – RECEITAS A APROPRIAR

Registra o montante diferido da parcela registrada no Passivo Não circulante e da correspondente atualização do crédito junto a Prefeitura de Bauru, conforme descrito no item 04 g, e que começou a ser apropriado conforme recebimento das parcelas em Dezembro/2012.

Receitas a Apropriar	Em 31/12/2013	Em 31/12/2012
- Proc. PMB 38.546/06 Termo de Acordo 638/2011	4.546.552,00	4.867.142,00

NOTA 08 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

Patrimônio Líquido Negativo da EMDURB está representado pelo valor histórico de seu Capital Social, acrescido dos Lucros e diminuído dos Prejuízos Acumulados, decorrentes da atividade operacional, ao longo dos exercícios, e dos Ajustes de Exercícios Anteriores registrados. Com encerramento do exercício de 2013, a empresa obteve o saldo do Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 19.596.033,41 (dezenove milhões, quinhentos e noventa e seis mil, trinta e três reais e sessenta e quarenta e um centavos) com melhoria representativa de R\$ 14.759.817,62 (quatorze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos) em comparação com o saldo de 2012 que foi de R\$ 34.355.851,03 (trinta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e um reais e três centavos). A melhoria significativa do Patrimônio Líquido Negativo deu-se em razão da Lei Municipal nº 6.484 de 20 de dezembro de 2013 que autorizou ao poder executivo a integralização do bem ao Capital Social da Emdurb no valor de R\$ 9.842.575,71 (nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos) e também, da conversão em aporte de capital dos débitos com a Prefeitura Municipal de Bauru no valor de R\$ 4.314.568,58 (quatro milhões, trezentos e quatorze mil, quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), conforme Lei Municipal nº 6.450 de 05 de dezembro de 2013.

NOTA 09 – RECEITAS

As receitas da empresa foram assim representadas:

Receitas	2013	2012
Expediente	16.058,90	4.905,00
Interdições/Demarcção de Solo	4.575.264,44	4.009.886,04
Estacionamento Rotativo	2.416.139,50	1.620.758,19
Transporte Coletivo	2.058.300,00	1.959.728,87
Transportes Especiais	632.067,74	528.007,88
Terminal Rodoviário	2.014.324,46	2.060.716,53
Coleta	20.458.450,01	20.079.281,25
Necrópoles	3.258.094,65	3.205.570,90
Funerária	324.368,75	286.334,79
Gerenciamento do Sistema Viário	6.537.832,00	6.104.036,00
Receitas Financeiras	212.492,20	186.507,44
Juros e Descontos Obtidos	68.862,46	27.560,30
Receitas com Atualizações	405.752,42	481.204,77
Receitas Eventuais	41.738,08	82.080,21
(-) Deduções da Receita Bruta	-686.590,46	-660.584,53
Total	42.333.155,15	39.996.014,87

NOTA 10 – BENS DADOS EM PENHORA

A Empresa possui bens, em montante correspondente a R\$ 2.217.434,14 (dois milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quatorze centavos, posição de 31/12/2009), dados em penhora para garantia do Juízo Federal, a respeito das Execuções Federais em andamento contra a Empresa. Consta dos respectivos documentos de penhora que, por força de lei, os representantes legais da Empresa são automaticamente nomeados como depositários fiéis dos bens apresentados, seguido de orientação para que haja o resguardo desses bens, sua indisponibilidade e também não permitam que sofram deteriorações ou sejam danificados, sob pena de prisão nos termos da lei. Por fim, com o objetivo de regularizar a situação, a administração aderiu ao programa do governo para parcelamento das dívidas de esfera Federal e Previdenciária, amparado pela medida provisória nº 303/06 conforme termos de opções, constando os pagamentos das parcelas acordadas de forma regular. Os referidos parcelamentos estão adequadamente registrados nas demonstrações, devidamente segregados em circulante e não circulante.

NOTA 11 – COBERTURA DE SEGUROS

A empresa não possui cobertura de seguros para seus Estoques, Bens Móveis e Imóveis, exceto para alguns veículos de sua frota.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A Empresa possui registrado em seu Ativo, crédito no valor de R\$ 1.049.855,13 (Um milhão, quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos) junto à empresa Alexandre Quaggio Transportes Ltda., decorrente da taxa de gerenciamento exercido sobre a câmara de compensação tarifária do transporte coletivo da cidade de Bauru. De acordo com orientação de seu departamento jurídico, através da ação de cobrança em fase de execução – Processo nº 946/2006, o valor do crédito pleiteado é de R\$ 4.599.810,19 (Quatro milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e dez reais e dezenove centavos, posição em 12/2006); este montante não foi escriturado contabilmente, tendo em vista a improvável realização do crédito; a administração constituiu provisão em 100% do saldo de R\$ 1.049.855,13 (Um milhão, cento e quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e treze), o qual está incluído na PLCD total de R\$ 1.492.978,28 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos), demonstrada no Balanço.

NOTA 13 – PRECATÓRIO E TERMOS DE ACORDO

A Empresa promoveu ação de cobrança judicial contra a Prefeitura do Município de Bauru, no valor de R\$ 3.698.000,73 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil e setenta e três centavos), correspondentes a multas de trânsito aplicadas no município, arrecadadas por bancos particulares no ano de 2001 a 2004 e depositadas em conta corrente bancária da Prefeitura Municipal de Bauru. Ocorre que por força do convênio de municipalização do trânsito, os valores deveriam ter sido repassados à EMDURB. Ressalta-se que em razão da não observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, dentre estes o da Competência, no registro das autuações aplicadas em decorrência das infrações de trânsito de veículos, não houve qualquer reconhecimento contábil do crédito pleiteado nas devidas competências no período de sua ocorrência devido aos procedimentos de arrecadação das multas de trânsito adotados pela EMDURB. O referido crédito, oriundo do Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, está considerado no montante de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), sendo que será requerido o cancelamento do respectivo precatório e a suspensão do feito até o cumprimento integral do Termo de acordo nº 638/11.

NOTA 14 – TERMO DE ACORDO Nº 638/2011

No exercício de 2011 foi celebrado o Termo de Acordo nº 638/2011, autorizado pela Lei Municipal nº 6.154 de 07 de Dezembro de 2011, que regulamenta o parcelamento de débitos entre a Prefeitura de Bauru e a Emdurb referente a débitos da: a) Emdurb com o INSS, constituídos de 09/1996 a 06/2001, descontados do FPM da PMB de 2001 até Setembro/2011, atualizados até Outubro/2011 em R\$ 8.338.179,42 (oito milhões, trezentos e trinta e oito mil, cento e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos); b) Prefeitura Municipal de Bauru com a Emdurb, relativo ao Processo Judicial nº 3.623/2006 que gerou o Precatório Judicial – Processo EP 1677/11, originado de receitas com multas de trânsito arrecadadas em conta corrente da Prefeitura Municipal de Bauru, atualizados até Outubro/2011 no valor de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos); com pagamentos previstos para serem realizados pelas partes, entre si, pelo período de 15 (quinze) anos, com parcelas iniciais de: a) R\$ 46.323,22 (quarenta e seis mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e dois centavos) - (EMDURB X PMB) e; b) R\$ 45.066,53 (quarenta e cinco mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) - (PMB X EMDURB); atualizadas anualmente pelo IPCA. E considerando que em vista do acordo firmado, do valor dos débitos consolidados, do extenso prazo para o cumprimento do que fora acordado, e o fato do comprometimento de várias administrações futuras interferirem para que o presente acordo seja levado a termo tal como firmado, o que implica, por prudência, considerar a possibilidade de sua interrupção, por descumprimento do acordado, por qualquer uma das partes envolvidas, sua Diretoria Executiva à época, autorizou para que fosse feito o imediato registro no Balanço Patrimonial do valor do crédito ora acordado, no montante de R\$ 8.111.974,61 (oito milhões, cento e onze mil, novecentos e setenta e quatro reais e sessenta e um centavos), sendo que deste montante, R\$ 2.876.217,89 (dois milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos), correspondente ao valor principal do crédito, foi apropriado na receita, e o montante de R\$ 5.235.756,72 (cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos), já incluída a parcela da atualização monetária, a diferir até o término do acordo, registrado no grupo contábil Receitas a apropriar, no Passivo, com a devida segregação em circulante e não circulante, cuja realização observará o efetivo cumprimento do presente acordo, representado pelo recebimento do crédito cumprido por parte da PMB, que teve início em Dezembro/2012.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em atendimento à NBC TG 25, do CFC e NPC nº. 22, do IBRACON, a Empresa mantém Provisão, para reconhecimento das contingências existentes, no montante de R\$ 5.477.299,69 (cinco milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta e nove centavos), oriundas de processos, assim distribuídas:

- De Natureza civil, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 3.187.413,19 (três milhões, cento e oitenta e sete mil, quatrocentos e treze reais e dezenove centavos);
- De Natureza Trabalhista, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 2.270.000,00 (dois milhões e duzentos e setenta mil reais);
- De Natureza Fiscal, considerado como de Perda Provável para a entidade: R\$ 19.886,50 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).

Quanto às dívidas reconhecidas no Passivo Circulante e não circulante, as mesmas se encontram escrituradas, com base em Termos de confissão de dívida assinados e com compromissos de pagamentos formalizados, e que devido à ausência de histórico não se permite segregá-las do montante das ações informadas pelo

seu departamento jurídico. As estimativas foram feitas pela administração, com base na orientação de seus assessores jurídicos.

LÍVIA TAVARES BENETTI

Contadora
CRC1SP268936/O-0

AMAURI CARLOS GADANHIM ROMA

Diretor Administrativo Financeiro

ANTONIO MONDELLI JUNIOR

Presidente da Emdurb

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da

EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB
Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado, intangível e diferido (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção da NBC TG 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no passivo a descoberto.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 08 às demonstrações contábeis, que indica que a empresa apresenta Patrimônio Líquido Negativo, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU - EMDURB** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

As demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2012 foram auditadas por outra empresa de auditoria independente, cujo Relatório emitido em 08/02/2013 continha ressalva semelhante à desse exercício encerrado em 31/12/2013.

Ribeirão Preto (SP), 29 de janeiro de 2014.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da EMDURB, abaixo assinados, no cumprimento de suas atribuições legais, reuniram-se no dia 26 (vinte e seis) de Fevereiro de 2014, às 08h30 (oito horas e trinta minutos), em sala de reuniões da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano Rural de Bauru, sito à Praça João Paulo II, s/nº, Terminal Rodoviário, com a presença dos membros efetivos: Márcio Zago, Antonio Donizete Vieira e Rinaldo Marcelo Perini, com o objetivo de apreciar o RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 (dois mil e treze) da **EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE BAURU**. PARECER DO CONSELHO FISCAL:- Os membros do Conselho Fiscal analisando o relatório de auditoria emitido em 29 de Janeiro de dois mil e quatorze, resolve, de forma unânime, em face do parágrafo de ressalva e de ênfase nele contido, acompanhar a opinião emitida pelos Senhores Auditores Independentes em relação às Demonstrações Financeiras do exercício de 2013.

Bauru, 26 de Fevereiro de 2014.

Antonio Donizete Vieira
Presidente

Márcio Zago
Secretário

Rinaldo Marcelo Perini
Membro